EXPOSIÇÃO

ESCURA DA TORTURA

Exhibition Dark Room of Torture

Julio Le Parc
Gontran Guanaes Netto
Alejandro Marcos
Jose Gamarra
Exposição
Sala Escura da Tortura
Exhibition Dark Room of Torture

Agosto de 2011 | August, 2011
Esta é uma produção independente, financiada pelo Projeto Marca da Memória da Comissão de Amnistia. As opiniões e dados contidos no filme não refletem a opinião do Ministério da Justiça e do Governo Federal.
Dedicamos este trabalho a memória de Frei Tito de Alencar Lima e a todos aqueles que sofreram e sofrem perseguição política no Brasil e no mundo.

We dedicate this work to the memory of Frei Tito de Alencar Lima and all of those who suffered and suffer with the political persecution in Brazil and in the world.
INSTITUTO FREI TITO DE ALENCAR

DIRECTOR | General Director
JOÃO RODRIGUES ALENCAR LIMA

Directora Administrativa | Management Director
MARIA LOURDES DOS SANTOS

Directora Financeira | Director Financial
LÚCIA RODRIGUES ALENCAR LIMA

Consultor Fiscal | Fiscal Board
GLÓRIA MARIA VASCONCELOS GOES
OLGA MARIA MACIEL
PIETRO SANTOREL

Consultor Consultivo | Consulting Board
FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS
NIÑES ALENCAR LIMA
ILDEFONSO RODRIGUES LIMA FILHO
ILDEFONSO RODRIGUES LIMA NETO

Sócios Fundadores | Founding Members
FREI BETTO
FREI FERNANDO DE BRITO
DOM TOMÁS BALDUÍNO
JOÃO ANTONIO CALDAS VALENÇA
MARCO ANTÔNIO DE PONTES SOARES
TIAGO DE ALENCAR MENDES
YANARE VEZ DE LIMA FARIAS

EXPOSIÇÃO | EXHIBITION

Curadoria | Curatorship
CONTRAIN GUARANES NETTO
LÚCIA RODRIGUES ALENCAR LIMA

Planejamento e Produção Executiva | Executive Planning and Production
LÚCIA RODRIGUES ALENCAR LIMA

Cenografia e Iluminação | Scenery and Lighting
JULIO LE PARK
BIRA NOGUEIRA

Coordenação Artística e Sonora | Artistic and Sound Coordination
TIAGO DE ALENCAR MENDES

Intervenção Sonora | Sound Intervention
NARCÉLIO GRUD

Performance “Sala Clara da Tortura” | Performance “Light Room of Torture”
GRUPO CURTO CIRCUITO (DAVI DA PAZ E MAUANA CABRAL)

Tradução | Translation
PABLO DE VASCONCELOS NEGOCIO

Revisão | Revision
LUCIANA ANDRADE

Assessoria de Comunicação | Communication Advisory
ELIMA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

Projeto Gráfico | Graphic Project
WEWME PUBLICIDADE

Design/Produção Gráfica | Design/Graphic Production
WEWME VASCONCELOS

Impressão | Print
EXPRESSÃO GRÁFICA

Acesse o site | Visit our website
www.salaescuredadartortura.com.br

Agradecemos a todos que contribuíram para a realização dessa exposição e a elaboração deste catálogo. Em especial:

- Comissão de Assista – Ministério da Justiça
- João Le Park, pelo incentivo e as fotos inéditas que nos cedeu gentilmente
- Contraín Guaranes Netto, pelo seu apoio e solidariedade incondicional.

We thank all who contributed to the accomplishment of this exhibition and the development of this catalog. In particular:

- Commission of Amnesty – Ministry of Justice
- João Le Park, for the incentive and the unseen pictures he so kindly provided us
- Contraín Guaranes Netto, for his unconditional support and solidarity.
Sumário

Interseção Educativa do Instituto Frei Tito de Almeida
Educational Intersections of Instituto Frei Tito de Almeida .................................................. 11

Sala Escrita da Tortura: Nunca Mais
Dark Room of Torture: Never More ................................................................................. 14

Marcas da Memória: Um Progetto de Memória e Reparação Coletiva para o Brasil
Marcos de Memória: A Project of Collective Memory and Reparation for Brazil ........................................ 17

“Bem, o pau de arara é assim...”
“Well, the porro’s pechh is like this...” ............................................................................. 23

Frei Tito: Memória e Mistério
Frei Tito: Memory and Mystery ......................................................................................... 29

A Ditadura Militar e a Tortura no Brasil
The Military Dictatorship and Torture in Brazil ................................................................ 35

A Amnistia Possível da Lei 6.683/79
The Possible Amnesty of Law 6.683/79 ............................................................................. 45

Redação da Tortura de Frei Tito
Frei Tito’s Statement on His Torture ................................................................................... 53

Os Artistas
The Artists ......................................................................................................................... 60

As Obras de Arte
Works of Art ..................................................................................................................... 62
Inter(ação) Educativa do Instituto Frei Tito de Alencar

Lúcia Rodrigues Alencar Lima
Coordenadora do Projeto Sala Escusa da Tortura e Membro do Instituto Frei Tito de Alencar

O Instituto Frei Tito de Alencar, por meio do projeto Marcos da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, apresenta a exposição Sala Escusa da Tortura.

A exposição foi concebida e exposta pela primeira vez em Paris no ano de 1973, por iniciativa dos grupos Denúncia (Julio Le Parc, Gonzar Guanaes Neto, Alejandro Marcos e Jose Gamarral) eollective Anti fascist. Nasceu dos depoimentos de Frei Tito de Alencar sobre os métodos de tortura utilizados pela ditadura no Brasil, nasceu para denunciar as mais profundas arbitrariedades cometidas contra presos e presos políticos na América Latina.

Compreendendo que o desenvolvimento da educação para os direitos humanos é um objetivo fundamental para o Instituto Frei Tito de Alencar, apresentamos uma exposição de pintura de quadros dos quatro artistas plásticos renomados internacionalmente, procurando sensibilizar o público a compreender passagens de nossa história e as relações com o presente. O intuito não é de simplesmente mostrar e que

The Instituto Frei Tito de Alencar, through the project Marcos da Memória of the Commission of Amnesty of the Ministry of Justice, presents the exhibition Dark Room of Torture.

The exhibition was conceived for the first time in Paris in the year of 1973, by the initiative of the groups Denúncia (Julio Le Parc, Gonzar Guanaes Neto, Alejandro Marcos e Jose Gamarral and Collective anti Fascist. Born out of the statements of Frei Tito de Alencar on the methods of torture used by the dictatorship in Brazil, born to denounce the deepest arbitrary actions against the men and women political prisoners in Latin America.

I understand that the development of the education for human rights is a fundamental objective to Instituto Frei Tito de Alencar, we present an exhibition of canvases of four internationally renowned visual artists, seeking to sensitize the public to understand the passages of our story and our relation to the present. The idea is not of simply showing what happened, but also to point to a timeline, up to a point where a struggle for human rights in Brazil continues to demand from the population a historically founded reflection.
Education, such as understood by Instituto Féri Tito de Alencar, is not reduced to activities performed inside a classroom. It comprehends the several ways through which human beings constitute their values, references and perspectives, on the most different places of living. This means that the construction of a free society must necessarily undergo through the renovation of its educational practices, opening new ways of access to a critical reflection on our condition as creators and creators.

This catalogue was elaborated with the intention of registering the journey of these historical pieces and confirming their present nature fulfilling its role of denunciation. Today, 30 years later, to the first reports which brought together citizen impules and arts, children and young people died in Brazil, victims of the same methods of torture used by the dictatorships in our hemisphere.

In a sense of contribution to a critical reflection on the matters of the dictatorships In Americas and the role of associative justice in Brazil, the catalogue presents seven texts, of accessible and fluent reading, which promotes the discussion of a wound that has not yet healed and shows that a page will be turned when truth is at the grasp of all stimulating a brave debate, broad and democratic of our history, of our mistakes and of our conquests.

**Photograph of the exhibition:**

| Aline Le Pinet | La Roca Jaguar |
Sala Escura da Tortura: Nunca Mais

Paulo Abrão Pires Júnior
Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Por meio do nosso projeto “Marcas da Memória”, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça permite que venha a público, novamente, em diferentes cidades do Brasil, a exposição “Sala Escura da Tortura”. Apresentada originalmente em 1973 no Museu de Arte Moderna de Paris, esta exposição volve-se da perspectiva crítica das artes para denunciar aquilo que é conceito de humanidade mais abominável: a tortura.

Inspirada nos relatos de Frei Tito durante seu exílio na França, as sete telas que compõem a exposição ilustram de modo tristemente realista aquilo que a Comissão de Anistia recebe por meio de relatos escritos e testemunhos solícitos diariamente, em seu trabalho de reparo das vítimas do Estado de exceção, e devem ser vistas por duas razões fundamentais. Primeiramente, para que todas aquelas que criticam o processo de reparação possam visualizar aquilo que muitos ainda tentam negar ter existido: a prática da tortura enquanto política de Estado em nosso país. Em segundo lugar, para que o maior número de pessoas possa ser tocado pelo horror que a tortura representa, opondo-se em definitivo à possibilidade de tal atos atrozes a qualquer tempo, local ou circunstância.

Through the project “Marcas da Memória”, the Amnesty Commission of the Ministry of Justice allows to come to public, again, in different cities in Brazil, the exhibition “Sala Escura da Tortura (Dark Room of Torture)”. Presented originally in 1973 in the Museum of Modern Art in Paris, in 1973, this exhibition takes advantage of the critical perspective of arts to stand against that to what the concept of humanity most abominates: torture.

Inspired in the reports of Friar Tito during his exile in France, the seven canvases which compose this exhibition in a sad realistic manner that which the Amnesty Commission receives through written and verbal statements long-lasting suffered in its work of making up with the victims of the State of Exception, and this must be seen by two fundamental reasons. First of all, in order for those who criticize the reparation process to visualize that which they still deny ever existed: the practice of torture as a State policy in our country. In second place, so that the largest number of people be touched by the horror that torture represents, definitely opposing themselves to the possibility of such atrocious acts at any time, place or circumstance.

Se um dia a tortura aconteceu e, o que é mais grave, ainda acontece em tantos lugares, é por que fomos incapazes, enquanto sociedade, de compreender o valor máximo que o ser humano possui em nosso sistema político. É dever do Estado disseminar esta visão humanista, inscrita em nossa Constituição democrática. E, ainda mais especialmente, dever da Comissão de Anistia não permitir que esse esquecimento, para que jamais se repetirem. Esperamos, portanto, com o apoio a esta exposição, dar cumprimento a nosso dever legal de reparar violações do passado para construir um futuro melhor e, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem à memória de Frei Tito, exemplo de resistência, engajamento e dignidade em favor dos injustiçados. Sua capacidade de sensibilizar as pessoas por um mundo melhor extrapola o seu plano existencial. É o seu legado eterno.

If torture one day happened, and which is worse, it still happens in so many places, it does because we were incapable, as a society, of understanding the maximum value the human being holds in our political system. It is the duty of the State to spread this humanistic view, inscribed in our democratic constitution, it is even more specially, the Amnesty's Committee's duty not to allow it to be forgotten, so it does not repeat itself. We hope, therefore, with the support of this exhibition, fulfilling our legal duty of making amends to the violations of the past in order to build a better future and, at the same time, to present an homage to Friar Tito, an example of resistance, engagement and dignity in favor of those who wrongfully done by. His ability to move people for a better world outstands his existential plan. Hence his legacy is eternal.
Marcas da Memória:
Um Projeto de Memória e Reparação Coletiva para o Brasil

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Criada há dez anos, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei nº 10.559, que regulamentou o antigo 8º do MPM e as Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro de Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário sentido, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e ensaios, das vítimas de tais repressão. É através deste reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações, como também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbitério.

Se a reparação individual é meio de buscar reconhecer cidadãos violados, que têm então a oportunidade de ver o Estado reconhecer que errou para com eles, devolver-lhes a dignidade e o patrimônio materializados, perda sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não

Created 10 years ago, in 2001, by means of interim measure, The Amnesty Commission of the Ministry of Justice has been made part indefinitely of the structure of the Brazilian State. In the year of 2002, with the approval of Law number 10.559, which regulated article 8º of Transitional Constitutional Provisons Act.

Having for an objective the repair of the violations of the fundamental rights practiced between 1946 and 1988, the Commission configures a space where Brazil can face its past, subverting the common sense of amnesty for oblivion. Amnesty in Brazil means, against common sense, memory. In its 10 years of action, the organs gathered thousands of pages of official documentation about the repression of Brazil and, yet, hundreds of statements, in writing and oral, from victims of repression. And it is from this great meeting with history that emerge not only the foundations of the repair of the violations but, also, the necessary reflection on the importance of not repeating these arbitrary actions.

If individual reparations are through means of seeking reconciling violated citizens, who have so the opportunity of seeing the State recognize it has wronged them, giving them back their citizenship and their stolen possessions, or their turn, collective reparations, memory projects and actions as of non-repetition has clear
repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afirmação de direitos fundamentais e qualquer violação singular igualmente ofende a toda a humanidade que tomam em comum e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbarie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis, a Comissão da Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública em todo o território dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar e passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazer-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todos o qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a atividade objetiva of allowing all society of understanding, comprehending and, then, rejecting such mistakes. The attack on fundamental rights and any particular citizen equally affords to humanity we have in common and for that reason such violations must never be forgotten. Forgetting the barbarity would mean to dehumanize ourselves.

Having these assumptions in mind, still, hoping to value the struggle of those who endured – by all means seen fit –, the Amnesty Commissions, from 2008, by displaying sessions for public view whenever request for amnesty are received, in such a way to make recent past accessible to all. They are called “Caravanas da Anistia (Caravans of Amnisty)”. By doing so, it transferred its daily work from the four marble walls of the Palace of Justice to the public square, to schools and to universities, professional associations and unions, as well as to whoever the proceedings occurred. Hence, it started to actively bring awareness into the minds of the new generations, born in democracy, of today’s importance of living in a free regime, that it must and needs to be always followed and enhanced.

With the broadcasting of public access to the works of the Commissions, grew exponentially the number of reports of the arbitrary acts, prisons and tortures, but also they may also break the silence to hear hundreds of statements about resistance, courage, bravery and struggle. It is in this context that emerges this project: “Marcas da Memória”, which expands even more the individual reparation in a process of reflection and collective learning, forgetting local, regional and national initiatives that will allow those who have lived in that dark past, or to its study have dedicated themselves, to share worldwide perspectives which will allow the critical reflection over a time may be remembered and approach under democratic avulses.

In order to attend to these broad and innovative purposes, the actions of “Marcas da Memória” are divided into four fields:

a) Public Hearings: Acts and events to promote public hearing processes of politically persecuted about the past and their relation to the present. Examples of these hearings have been theme sessions which have been happening since 2008 on different professional categories of workers union members who were made arbitrarily redundant during the dictatorship period, as well as the public hearings on the limits and possibilities as to holding responsible torturers of the military regime which occurred in Brazil (2008) and, more recently, on the judicial military political amnesty occurred in Rio de Janeiro (2019).

b) Oral History: Interviews with the politically persecuted based on Oral History’s own ethnographic-met hodological criteria. The first project in motion performs 108 interviews, recorded, transcribed, of people who used to live stories intertwined to the resistance in the periods of the dictatorship and contemplated by Law number 10,559/2002. It is realized in partnership with Federal Universities of Paraná (UFPR), Rio Grande do Sul (UFRGS) and Rio de Janeiro (UERJ), with funding from the Conselho Federal de Defesa of Direitos Oftáticos (Federal Manager Board of the Diffuse Rights’ Defense) – CDFO (2009-2016). All interviews will be available in the Memorial da Anistia (Anisty Memorial) and be made available on libraries and research centers, in participating universities to the project for the access of youth, society and researchers in general.

c) Call for Submissions for Fomenting to the Initiative of Civil Society: By means of Call for Submissions, the Commission selects projects for the preservation, memory, dissemination on
d) Chamadas Públicas de Fomento à Iniciativas da Sociedade Civil: Por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindas de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (ONGs) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. No Primeiro Chamamento Público realizado em 2013, as propostas selecionadas elaboraram produtos como livros, documentários, materiais didáticos e informativos, exposições artísticas, peças teatrais, paléstras e mússica. Entre os produtos selecionados, estão o documentário “Caravanas da Democracia”, sobre a atuação da Comissão de Anistia; Livro “Caravanas da Anistia - O Brasil pode pedir”; “Ilhéus, Ilha” de Alexandre Frota; “Por que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” exposição de panfletos com fotos e textos sobre os 10 anos de Lei da Anistia; “Filhas da Anistia”, peça teatral com 27 representações gratuitas em seis Estados; “Resiliência é Preciso”, palestra musical sobre a luta pela justiça e democracia, oficinas de debates e criação de Centros Culturais de Direitos Humanos para a paz; “Tempo de Resistência”, musical sobre os maiores mártires do ditadura; “Sala Escura da Tortura”, exposição da obra de quatro artistas plásticos renomados internacionalmente, sobre protestos à violação de direitos humanos;


O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda a sociedade conhecer o passado e deles extrair lições para o futuro. Nesta, portanto, a premissa que apenas conhecer o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Ainda mais, o projeto incentiva o olhar plural, selecionando iniciativas por meio de editais públicos, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão do mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público, para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto incentiva o olhar plural, selecionando iniciativas por meio de editais públicos, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão do mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público, para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

past we may avoid its repetition in the future, making Amnesty a path to critical reflection and improvement of the democratic institutions. Furthermore, the project invests in plural voices, selecting initiatives by means of public notices, warranting equal possibility of access to all and avoiding that one single worldly view imposes itself hegemônically before the others.

It is hoped that, with this project, it allows all to know about the past that we have in common and the historical views in the past repressed gain space with the public so that, in that way, the freedom of thinking and right to the historical truth spread as indispensable values for a plural State respectful of human rights.
“Bem, o pau de arara é assim...”

Karoline Viana Teixeira
Jornalista e Mestre em História Social (UFC)

Num ateliê de pintura em Paris, permeado por luzes diâmetricamente dispostas pelo vazio escuro e vazio, um homem dava voz e gestos a uma descrição digna de um inferno. De forma quase simultânea, jovens atores franceses colocavam-se nas posições que iam sendo descritas, tentando expressar em rostos retorcidos e bocas escancaradas um tormento que, para aquele brasileiro de 25 anos, envelhecido pela dor, parecia tão vivido quanto no dia em que foi injetado. Não, estava preso pelas pernas por cima e braços por baixo de uma barra de ferro. Depois depenando, vulneráveis, pele e estrutura interna pelos orifícios expostos. Outros atores faziam as vezes de algemas, encolhendo fios que imitavam cabos desencapados e eletrizantes partes íntimas, aflorando cabeças em baldeis que na ação real eram cheios de água. Tudo praticado com expressões calmas e até um riso debochado, sarcástico. Cada peze era cuidadosamente fotografada pelo dono do ateliê, um pintor, cujo grupo de artistas iria transformar aquelas imagens em acrílicos e óleos sobre telas de 2x2 metros.

Às vezes, ele precisava balançar os olhos diante das cenas. Sabia que aquilo era uma reconstituição, que um ocaso o separava dos seus opressores, de suas celas limnuadas e seus anos testemunhos. Mas, à medida que suas palavras iam saindo e os atores procuravam dar uma dimensão ao dolor, da humilhação e da dor, a emoção leva a tocar o coração, a sentir os braços que se enlaçam e os joelhos que palpitem a dor.

On a painting studio in Paris, surrounded by lights diametrically displayed on the dark empty interstices, a man gave voice and gesture to a description worthy of an inferno. Almost simultaneously, young French actors put themselves into the positions which were being described, trying to express in contorted bodies and wide open mouths a torment, which for that 25 year-old Brazilian, aged by the pain, looked so vivid that on the day it was inflicted on him. Naked, tied legs up and arms below an iron bar. After hanged, vulnerable, skin and internal structure by orifices exposed. Other actors would play the role of torturers, stroking them with wires which made believe to be bare cables to electrocute pelvic parts, dunking heads into buckets which in reality were filled with water. All this practiced with calm expressions and even with debauched smile, sarcastic. Every pose was carefully photographed by the studio’s owner, a painter, whose group of artist would transform those images in acrylics and oil on canvas of 2x2 meters.

Sometimes, he needed to lower the eyes before the scenes. He knew that that was a reconstitution, that an ocean separate him from his oppressors, from his filthy cells and the beastlike actions done to him. But, as the words were coming out and the actors seeking to give a dimension to the pain, to the humiliation and the resistance of the tortured body, it was impossible not to feel the memory emerge on the very own flesh, to turn against oneself to
resistência do corpo torturado, era-lhe impassível não sentir a lanterna emgerir da própria carne, voltar-se contra si, fazer recebê-la e a crista de controle. Os torturadores realizaram um câncer usando as fibras de seu próprio corpo, introduziram fundo suas imagens vigilantes, prontas para tomar de assalto qualquer centílio de santidade. Mesmo livro, ele era um condamnado.

Lembrava-se de seu maior tentando esconder o olhar, dar-se a labirinto e, apesar de tudo, ainda com força para levantar os pais e correu repetir: “O senhor está vendo, o senhor está vendo, o senhor está vendo!”. Estando, longe da sua terra e dos seus, taxado de criminoso por defender a liberdade e a justiça. “Padre terroristas, quantas vezes não ouviu? Mas, apesar da dor da lombresca, os pecados haramber, desencar e despersonalizado e, por fim, naquele sal escura as imagens da tortura, da sua tortura, como um espelho maldito a se olhar seus piores teror.

Naquele momento, encenava-se o indício da tortura praticada contra dissidentes dos regimes militares na América Latina, obtendo em portões de segurança, sob e argumento da defesa da Pátria e com o uso de técnicas refinadas, a ponto de não deixar marcas físicas muito evidentes. “A tortura como forma de demolição do corpo e da mente evidente onde chega — incorpoção à vítima, vai com ela fora os conflitos, a perseguição à televisão onde quer que esteja”, sentença Floralene Fernandes. Nos anos 60 e 70, milhões de latino-americanos foram torturados, mortos ou desapareceram sem deixar vestígios, vítimas dos regime ditatoriais de seus países.

Em princípio, encararam o “pauligrafo” — termo utilizado no Brasil pelos policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) — ativistas políticos, membros de grupos de esquerda clandestinos, políticos, operários, esquecidos, jornalistas, sacerdotes ou qualquer outra que de alguma forma dava apoio à luta, armada ou não. Torturava-se para obter informações, torturava-se mesmo depois de uma confissão, torturava-se pelo prazer de torturar. E, se após a piquntra e humilhação, ele se recusava a falar, a tortura se estendia a vítimas, amigos, parentes, cumplices e até filhos pequenos dos prisioneiros políticos.

Na falta de quem conseguiu sair com vida da sala escura, é recorrente ouvi-se, que, numa ditadura, a única coisa verdaderamente democrática e a tortura. Não importava se eram homens, mulheres, crianças, idosos ou gravíssimos. “Todo brasileiro deveria passar pelo pau de arara para se saber quem não é patrício ou não”, disse certa vez um torturador a uma de suas vítimas.

Diante do cercamento de qualquer forma de comunicação e expressão nesses países, em contrapartida a uma imagem de equidade moral e prosperidade disseminada pela propaganda política dos governos militares, houve reação.

Fotografia de João Luiz Tan!/ | Abdo Rassou photography

It gets — it incorporates to the victim, gets with her to the edge, it hounds and destroys her wherever she is. States Floralene Fernandes. In the 60’s and the 70’s, thousands of Latin-Americans were tortured, killed or went missing without a trace, victims of dictatorship regimes of their countries.

At first, they face the “pauligrafo” — term used in Brazil by Police Officers Of The Department of Political and Social Order (DOPS) — political activists, members of clandestine left-wing groups, politicians, laborers, lawyers, journalists, members of the clergy or whoever else in anyway supported the cause, armed or not. Torture would be used in order to obtain information, torture would be used even after a confession, torture would be used for the use of torturing. And, if after the worst violence and humiliation, he refused talking, torture would extend to neighbors, friends, relatives, spouses and even small children of political prisoners.

On the speech of those who manage to leave the dark room with their lives, it is recurrent to hear that, in a dictatorship, the only true democracy is torture. Not mattering if it were men, women, children, elderly or pregnant women. All Brazilians should go through the patriot’s bench to determine which a patriot and which not?” said a torturer once to one of his victims.

Facing a refinement of any form of communication and expression in these countries, in opposition to an image of reassert balance and prosperity disseminate the political propaganda of military governments, there was a reaction. Exiled and activists from many countries mobilized to unveil to the international community the brutality of the Latin-American dictatorships and its most effective arm, the institutionalized torture. The Group Desaparecidos part of this effort. Constituted by visual artists
Alexandro Marcos, Gontran Guanaes Neto, Jose Gama e Julio Le Parc, the group exposed in 1972 the collective work Dark Room of Torture (Sala Escusa da Tortura).

The Museum of Modern Art of Paris was the first place to exhibit to the public the daily horror of military dementors, materialized in seven natural size canvases. The panels were painted from reconstructions of torture by French authors, and photographed by Julio Le Parc in his studio. The actors, on their part, based their performances on the narrative of the Brazilian Dominican Tito de Alencar Lima. The grave reasons of torture left his body physical and psychic scars cease to haunt him. Two years after the opening of the exhibition, Tito would meet the ultimate relief to his suffering hanged from an alamo tree branch.

Dark Room of Torture (A Sala Escusa da Tortura) travelled across the world, being displayed in Italy, Switzerland, Germany, Cuba and other countries in which Amnesty International promoted debates on human rights. But only in 2003, nearly 20 after the end of the military regime, the Brazilian audience could be made aware of the exhibit, during The World Social Forum. On September 14, 2003, the date in which Tito would have turned 60 years old it he was alive, Instituto Frei Tito de Alencar, alongside with the Museum of Cosas, brought the exhibition to the homeland of the Dominican. If on the first years the pieces of the Dark Room of Torture were intended to investigate a cruel truth, in the XXI century it becomes even more necessary to prevent the memory of torture and of the regimes of exclusion be subsided in time and by those regularly contemplate the violence and the expression of that time.

In the moment in which the search of the consolidation of the democratic state is most wanted and the reflection over the memory of prisoners and missing political activists during the military regime, the Instituto Frei Tito de Alencar brings once more to the Brazilian public the exhibition Dark Room of Torture. Further to the conventional visitation, Instituto Frei Tito seeks, through this new exhibition, to promote the education to human rights, having as the main focus students of Elementary and Middle Schooll in the cities where Dark Room of Torture will be presented, by means of guided visits with capacitated monitors.

Because, unlike many people states, the past is not behind us completely, that means, it remains alive on the memories and on the bodies of the tortured, who yet today try to deal with the internalized pain, it remains em open hands the feeling of absence of those who have lost relatives and friends, many who didn't even have the right for a body to bury. On the other hand, the past keeps being nourished in the history of people like Tito, symbol of the struggle for the value and protection of human rights. But, unfortunately, survives as well torturers and political diligences who were never punished for their crimes, some of which are still on the exercise of functions on the field of security and social control. It is in the name of what has not passed that Dark Room of Torture may nourish a different future.
Frei Tito: Memória e Mistério

Francisco Régis Lopes Ramos
Professor do Departamento de História
da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Na noite de 10 de agosto de 1934, um morador dos arredores de Lyon encontrou o corpo do dominicano Tito de Alencar, suspenso por uma corda. Ficou a sombra de um alâmbio. Acima da chão e abaixo do Céu, como aqueles que repousam na terceira margem de rio. Depois do velório, ele foi enterrado no cemitério dominicano de Sainte Marie de La Tourette, em Côte d'Azur. Na cruz, ficou escrito:

Frei da Província de Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado... até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela libertação de seus irmãos. Tito descanse nesta terra estrangeira, "Dize-vos que, se seus discípulos se calarem, até as pedras clamarem." (Lucas 19:40)

A notícia correu o mundo, criando uma tempestade de perplexidade diante de mais um absurdo envolvendo a ditadura instalada no Brasil. Na Itália, o senador católico Raniero La Valette ficou tão atordoado que seu destino foi viajar para os lugares por onde Frei Tito havia passado em seus últimos anos de vida. O senador queria vingar o impiedadeiro "coherer o segredo" que havia sofrido a morte do dominicano brasileiro, "ouvir o grito que se elevava de sua sepultura..."

Valendo-se de seu conhecimento teológico, Raniero achava que as explicações da imprensa eram sumárias e não davam

On August 10, 1934, a local from the surrounding area of Lyon found the body of the Dominican Tito de Alencar, suspended by a rope. He remained at the shadow of an alâmbio. Above the ground and below the Heavens, just as those who rest at the third margin of the river. After the wake, he was buried at the Dominican cemetery Sainte Marie de La Tourette, in Côte d’Azur. On the cross, it was written:

Friar of the Province of Brazil. Imprisoned, tortured, banished, tormented... to the death, for having proclaimed the Gospel, fighting for the freedom of his brothers. Tito rests on this foreign land. "Tell you that if these disciples should keep silent, the stones would immediately cry out." (Luke 19:40)

The news spread around the world, creating a general perplexity over yet another absurd involving the dictatorship installed in Brazil. In Italy, the Catholic senator Raniero La Valette was so appalled that he set himself to travel to the places where Friar Tito had been in his last years of life. The senator was to uncover the unthinkable: "reveal the secret" that shouldered the death of the Brazilian Dominican, "to hear the scream that rose from his grave..."

Taking advantage of his theological knowledge, Raniero would find the explanations from the press summary and would not grasp hold on the complexity to the alleged suicide. The tone of the
Sala Escuru da Turtura

conta da complexidade que havia no suposto suicídio. O tom das interpretações girava em torno do trauma causado pela tortura nos cânticos de São Paulo, Mar. Cury, para Raniero, a trajetória de Frei Tito também poderia revelar um “novo sinal”.

Em outubro de 1974, Raniero começou uma série de entrevistas, que depois seriam publicadas na revista O caminho, em 1976. Nessa série, ele perguntou se, para um cristão, a morte de Frei Tito poderia ser interpretada como um “sinal”. O resultado foi uma série de respostas que variavam desde a aceitação da morte como um sinal de Deus, até a interpretação como um ato de sacrifício por causa da fé.

Raniero, em sua entrevista, questionou se a morte de Frei Tito poderia ser interpretada como um “novo sinal” para a humanidade. Ele argumentou que a morte de Frei Tito poderia ser vista como uma mensagem para os cristãos, uma chamada a viverem uma vida de sacrifício e dedicação ao serviço de Deus. Raniero acreditava que, ao se entregar assim, Frei Tito estava demonstrando a importância do sacrifício e da dedicação na vida cristã.

O texto de Raniero contém várias afirmações que demonstram a sua compreensão das questões religiosas e éticas que envolviam a morte de Frei Tito. Ele abordou fatos e interpretações, buscando entender o significado da morte de Frei Tito para a comunidade cristã e para a sociedade em geral.

De acordo com os depoimentos, o caso de Frei Tito foi um exemplo de como a morte pode ser interpretada de diferentes maneiras, dependendo das perspectivas religiosas e éticas de cada indivíduo. A morte de Frei Tito, para alguns, foi um sinal de Deus, enquanto para outros, foi um ato de sacrifício por causa da fé.

Raniero, ao escrever sobre o caso de Frei Tito, buscou resgatar o valor do sacrifício e da dedicação ao serviço de Deus. Ele acreditava que, ao se entregar assim, Frei Tito estava mostrando a importância de viver uma vida de sacrifício e dedicação, não apenas para si mesmo, mas para a comunidade cristã e para a sociedade em geral.

O texto de Raniero, publicado em 1976, foi uma das primeiras abordagens que buscavam compreender o significado da morte de Frei Tito para a comunidade cristã e para a sociedade em geral. Ele desempenhou um papel importante na discussão sobre a morte de Frei Tito, ajudando a resgatar o valor do sacrifício e da dedicação ao serviço de Deus.

Comemorando Santo Antonio da Turtura,ively, France, 1974 | Cemetery Santa Maria da Turtura, ively, France, 1974

que acompanharam os últimos anos de Frei Tito, Raniero aconselhou que procurar uma “sinal”. Frei Tito foi morto pela ditadura de 1964 — isso é somente, pelo menos nos setores que não compactuam com os regimes de opressão. Mas as circunstâncias da sua vida (de sua morte) como religioso e revolucionário trouxeram um inédito complementar. Para muitos que o conheciam ou tomavam conhecimento da sua história não hesitavam dizer: “Ele foi um sinal da tortura.” Havía aí que extralimite, exatamente porque a memória coluna que parte da Igreja Católica passou a cultivar uma intima relação entre renovação da fé e reencenação social. Assim, anunciando diante de um mundo injusto devia ser, também, denunciar contra esse mundo e a favor de mudanças e transformações.

A postura destacada diante dos torturadores transformava sua biografia tanto em símbolo de resistência política, quanto em ícone do martyrio em nome da fé. Sua morte alargaria e

Religious men and a revolutionary brought a complementary inconveniente. For many who knew him or became aware of his story it wasn’t enough to say: “He was a victim of torture.” There was something which extrapolated, exactly because part of the Christian memory that part of the Catholic Church began to nourish conceived an intimate relation between the renovation of faith and the social renovation. Hence, making an announcement to an unfair world must have been, also, testifying against this world and in favor of changes and transformations.

The fearless posture while facing the torturers would transform his biography in such a symbol of political resistance, as an icon many in the name of faith. His death would broaden and deepen the basic drama in which he himself was father and son religion through politics and politics through religion. Mystery of Heaven and Earth, of God and Humanity. And that’s why Raniero Da Valle found in the history of Friar Tito a sign that, more than a mystery discovery, it carried inside it an endless challenge: a tension and a
O avião para Atenas e o avião para Nova York decolariam quase no mesmo momento e a nossa brigá já fora superada (...). Você me havia pedido perdão, eu lhe havia pedido perdão e agora nós sentávamos, aplacados, esperando que anunciássemos a partida dos dois vôos, dizendo-nos algumas coisas não ditas naquela vinte e quatro horas (...).

Intercalavam-se também fraquezas inelíquias, das quais se enche o tempo quando o trein está para partir e não parte, de forma que um minuto torna-se interminável, não passa nunca. Vai-se Washington-eu-fica-em-Nova-York? Telefonam assim que chegar, Sim-e-vous escreve. De repente:

- O que é feito de Friar Tito de Alencar Lima?

Olhei para você espevanta. Fazia um ano que eu lhe havia contado a sua história e durante esse tempo você jamais havia pronunciado o seu nome, jamais me perguntou o que fora feito dele.

- Está em Paris. Você ainda estava em Bari quando o Governo Brasileiro se trocou, junto com mais setenta presos políticos, por um embaixador sequestrado. (...) Por que de repente você se interessa por Frei Tito?

Você sorriu evasivo.

- Você não me comparava a Frei Tito de Alencar Lima?

Eu também sorri:

- Sente-se antes de conhecê-lo. Compareu-o a tanta gente antes de conhecê-lo? Mas por que esse interesse repentino por Frei Tito?

- Porque sonhei com ele esta noite.

mutual input between Christianity and Marxism.

But would it be desirable to conclude that Friar Tito is only a symbol of Catholic left-wing movement? He managed to figure in the dreams of the Greek militant Alexandros Panagouli, libertarians "who refused to be taken for es que desistiu de lutar. Levanta-se os braços e morre-se.

Continuando sua narrativa, Orsina Falletti diz que o alto-falante anunciou o seu voo e os dois se levantaram, dirigindo-se ao portão de embarque. Depois disso, ela lê uma manchete no jornal: "Padre Dominicans Suicide!".

Tito tornou-se facultativo. Faleceu gernado, como disse Paulo Freire, lembrança que documented, não somente para mostrar a injustiça, mas também para dizer que a justiça pode existir, não somente para julgar, mas também para anunciá-la. Foi por isso que Rainer colocou um de seus livros o título "Fora do Campo": O entendimento que ele tem a respeito do funcionamento da memória vincula-se ao ministério de fé, com base nessa sua argumentação não desvirula e passado do futuro: "A experiência de Jesus, recapitulada na epíscopa aos hebreus, diz que sair do campo para oferecer e perder a própria vida não é o fim de história mas o início..."
Na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora de dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão, cercado por sua equipe, voltou às mesmas perguntas: "Vai ter que falar senão sai morto daqui!", gritou. Lógico que isso não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentar-me na cadeira de dragão, com chapas metálicas e fios, descarregar choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Deixei os fios foram amarrados em minhas mãos, e um em meu ombro esquerdo. A cada descarga, eu estava total, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-aranha. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas, que cada vez mais se curvaram para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiou. Foi desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala, dizendo que passariam a descarga elétrica para 220 volts, a fim de que eu falasse "antes de morrer". Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, bateram em minhas mãos com palmatórias. As mãos ficaram rosas e inchadas, a ponto de não poder fechá-los. Novas pauladas. Era impossível qual parte do corpo doía mais. Tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse não poderia responder às perguntas; o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de descanso.

On Thursday three police officers woke me at the same hour as the day before. On an empty stomach, I went to the interrogation chambers. A captain surrounded by his crew, went back to the same questions. "You’ll have to talk or else you’ll only leave here dead", he shouted. Soon after I saw this was not just a threat, it was a guarantee. They sat me on the "dragon’s chair" (with metal plates and wires) discharged shocks on my hands, feet, ears and head. Two wires were tied to my hands and one to my left ear. On every charge, I trembled completely, as if my body were to decompose. From the shock sessions they took me to the "parrot’s perch". More shocks, bludgeon hits to the chest and to the legs every time they bent to relieve the pain. One hour later, with the body all wounded and bleeding, I fainted. I was untied and reanimated. They took me to another room and saying they would turn the current chart to 220 volts so that I would speak "before I died". They didn’t actually do it. They went back to the questions, they beat my hands with ferule. My hands went black and swollen, up to a point where closing them couldn’t be possible. New bludgeon hits. It was impossible to know which part of the body hurt the most. Everything seemed butchered. Even if I wanted to, I couldn’t answer the questions; my thoughts could no longer be put into order, all I had felt...
perder novamente os sentimentos. Isso durou até as dez da manhã, quando chegou o ex-diretor Alberme (depois de Frei Tito de Alencar Lima).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram a história recente de países sul-americanos pela eclosão do golpe militar, em sua maioria parte de caráter militar, que deram origem a regimes ditatoriais mais ou menos longos, moldados pela tentativa de substituir governos e movimentos sociais em luta por mudanças profundas nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Os regimes estabelecidos procuraram justificar suas ações aprimorando um sentimento de restabelecimento da ordem, desenvolvimento econômico e unia nacional através de combates ao comunismo e ao anti-imperialismo, e aos avanços que rondavam as instituições tradicionais. A partir desse raciocínio, supressão de leis, repressão, sequestros, censura, tortura e mortes foram justificados como “necessários” para alcançar os objetivos propostos.

Países como Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil passaram por experiências semelhantes. Alguns regímenes trabalhavam de maneira conjunta desenvolvendo ações coordenadas na captura e prisão de militantes políticos além fronteiras. Zangando-se de informações compartilhadas em eventos no Peru, organizações terroristas, decretaram a morte de seus líderes políticos e religiosos, que eram perseguidos por repressões. A Argüelia, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolivia e Brasil.

Havia alguns anos, alguns desses países, como Chile e Argentina, reviravam processos de instalação e instauravam julgamentos e penas de responsabilidade por crimes contra os direitos humanos. No Brasil e Uruguai, nesse entanto, esse é um debate ainda assim real contando com a fórmula jurídica, que se torna fã de opoção de setores das Forças Armadas, da imprensa e de poderes políticos que comandam esses países. Estes debates não acontecem de forma tranquila, uma vez que as revoluções militares e seus apoiadores elas ainda disputam espaço.

O Golpe de 31 de março de 1964, no Brasil, provocou constante e progressiva perda das liberdades democráticas. As eleições diretas foram postergadas, assim como a crítica ao poder, materializada na censo e imprensa, na diversidade de possibilidades e produções culturais e na participação de todos os movimentos sociais e partidos políticos. Manifestações, abusos e tortura foram ditamente reprimidas. Através de sucessivos ataques institucionais, dentro de quais o mais conhecido foi o AI-5, a sede do Comitê da Tortura foi outra vez a sede da tortura. Isso fazia parte de um processo de exploração e exploração dos recursos naturais e humanos.

The decades of 1960 and 1970 marked the recent history of South American countries with the outbreak of coups, mostly of a military nature, which led to the creation of dictatorships, followed by the attempt to suppress governments and social movements that fought for profound economical, political and social changes. The established regimes hoped to justify their actions by appealing to feelings of restabilization of order, economical and social development and national unity through fighting communism, considered an internal enemy, and the threats which would come from the traditional institutions. From this line of thinking, the suppression of laws, repression, kidnappings, censorship, torture and deaths were justified as “necessary evils” to achieve predefined goals.

Fotografia de Juca Le Parc | Juca Le Parc/Agência

Countries such as Chile, Uruguay, Paraguay, Argentina and Brazil went through similar experiences. Some regimes worked together in order to develop operations coordinated to the capturing and reinstating political and religious leaders. By sharing information as it occurred in Operation Condor, terrorist organization, secretive and multinational created to hunt down political adversaries and which interlinked repressive apparatus from Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay, Bolivia and Brazil.

Some years ago, some of these countries, such as Chile and Argentina, revised amnesty processes and initiated trials and punishments of responsible for crimes against human rights. In Brazil and Uruguay, however, this debate is yet to be discussed on a restricted field and which still suffers a strong opposition from the 각하에서의 전문가들을 놓아 두었다. 이들은 독립적인 정책과 사회적 구조의 변화는 자유로운 인권에 대한 직면한 문제를 해결할 수만이다. 고립감과 차별, 폭력, 불법과 힘의 사용, 그리고 기회의 부재는 사용자에게 승리의 불안을 야기한다. 이러한 문제는 사회의 안정을 방해하여 전반적인 발전을 방해한다.

The Military Take Over of March 31, 1964, in Brazil, caused constant and progressive loss of democratic freedoms. The direct elections were forbidden, just like the criticism to the establishment. Materialized in censorship to the press, public announcements and cultural productions and prohibited meetings and organizations of political parties and social movements. Union and students’ manifestations were heavily repressed. Through successive institutional acts, among which the most well-known AI-5, decreed in 1968, removed of parliament, military and civilians who opposed the regime were removed from their working positions.

The implantation of a new order came followed by arrests, tortures and suspensions of legal remedies, such as habeas corpus. The arbitrary actions expanded and the social groups were hit: students, laborers, publicists, union leaders, religious ones. The tortures were part of the daily life. The state was a way to cause the unwashed. Assassinations and disappearances became common.

Lefting tendencies and organizational willful violent confrontation against the establishment, the Military Take Over, materialized themselves on the revolutionary left. Influenced by victorious revolutions, such as the Cuban and the Vietnamese people, among which the most well-known AI-5, decreed in 1968, removed of parliament, military and civilians who opposed the regime were removed from their working positions.

The guerilla warfare, focus of the state of war, between 1972 and 1974, was violently annihilated, leaving, at least, 64 missing people. There was a strong attempt, on the military government’s part, to erase the episode of the Guerilla from Brazilian History, which was done through the censorship of the means of communication and the deliberate absence of official records on the episode. The murdered guerilla members vanished in life.
famílias pela busca e identificação dos restos mortais ainda
persiste.
Tortura
Em fevereiro de 2009, o jornal Folha de São Paulo declarou em
editorial que, comparando nossa ditadura e as de outros
países da América do Sul, tentamos vivido uma “ditadura”. A
afirmação toma como pressuposto, possivelmente, o número de
pessoas desaparecidas no Chile, 3.196 vítimas, e 30 mil na
Argentina. De acordo com o levantamento realizado pela
Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Ministério da
Justiça, 366 pessoas são consideradas mortas ou desaparecidas
no Brasil, em decorrência de perseguições de regime. 
Aproximadamente 50 mil pessoas teriam sido detidas somente
nos primeiros meses da ditadura, em torne de 10 mil teriam
evivido no exílio e pelo menos 13 mil pessoas foram barbaramente
proibidas de morar no País.

Protestos à afirmação do jornal virem os mais diferentes
setores sociais, que se manifestaram contra a ideia de que se
pudesse medrar a violência de um regime autocrático
sobem pelo número de mortos já que os registros documentais
apontam: prisões, banimentos, exíduos forçados, afastamentos de
milhares de pessoas em todo o Brasil.

O discurso, no entanto, continuou a repetir-se em outros
veículos midiáticos. Em 2010, numa série de entrevistas com
generais que ocuparam cargos chave no regime militar realizada
pelo repórter Genaro Moreira Neto e exibida no canal por
assinatura GloboNews, a tortura era simplesmente desmentida ou,
quando admitida, caracterizada como excesso de substiutos
intocáveis “descontrollados” ou que reagiam, defendendo-se diante do “abuso” de “terroristas” da esquerda.
O fato é que, entre boa parte dos militares que vivern o período e para setores da imprensa mais tradicional, a tortura no
regime ditatorial brasileiro não ocorreu, e, se ocorreu, não foi tão
graue assim. Repetem-se de algumas forma argumentos
utilizados ainda na percepção das perseguições políticas. Em 1978,
Jornal alternativo Em Tempo publicou uma lista com o nome
de 233 torturadores. Em 1979, o jornalista Antônio Carlos Fon
publicou o livro Tortura: A História da Repressão Política no Brasil,
pelo Editora Global, em São Paulo. O livro reúne matéria
colecionada durante cinco meses de trabalho pelo repórter para a
revista Veja, trazendo na íntegra o material que não pôde ser
publicado na revista. A reportagem mostrava em detalhes
a organização do aparelho repressivo do regime militar que
passava a ser usado de forma sistêmica contra os opositores
políticos.

O livro descreve as técnicas de suplício, de forma detalhada,
causando impacto sobre os leitores, demonstrando que o
aparelho repressivo da ditadura havia sido uma estrutura
pensada para de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional para
combater o “inimigo interno”, constantemente a tese da tortura
como anormalia ou devor paciente do regime (implantado). A
publicação foi lançada com um atraso de cinco exemplares, sendo
distribuída em livrarias e bancas de jornal. A primeira edição
esgotou-se apenas em uma semana e as sete reedições
sequentes venderam cerca de 30 mil livros. A publicação foi
intensamente trabalhada em sindicatos, universidades e pela
campanha da autora. O então ministro do Exército, general
Fernando Batelhão, enquadrou Antônio Carlos Fon no Artigo 14
da Lei de Segurança Nacional, que previa pena de até doze anos
de detenção para aqueles acusados de “divulgar, por qualquer
meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato
verdadeiro truncado ou despudrado, de modo a induzir ou
tentar inspirar o povo com as autoridades constituidas”.

O livro abriu caminho para uma publicação ainda mais
impacante, por utilizar como matéria de “prova” os próprios
dentro dos produtos por autoridades do regime militar
relativos a 707 processos que transcorreram no âmbito da Justiça

who lived that period and to more traditional sectors of the press,
the torture which occurred during the Brazilian military regime
was not so grave after all. They still somehow repeat the argument
used during the dictatorial period to defeat the reports made by the
vicissitudes through written letters in prison, statements and
lawsuits, family narratives, lawyers, human rights groups, churches
and journalists.

The work of some of these agents, still during the dictatorship
period, was essential to cause fissures in this speech of denial
of torture and to provide movements for amnesty who hoped for the
end of the regime of political persecutions with more fighting
power. In 1978, the alternative newspaper Em Tempo published a
list with the name of 233 torturers. In 1979, the journalist Antônio
Carlos Fon published the book Torture: A History of Repression
in Brazil, by Editora Global, in São Paulo. The book gathers
material collected during five months in the role of reporter for Veja
magazine, so detailed that the material could not be
published in the magazine. The piece showed in detail the
organization of the repressive apparatus of the military regime
which had turned to be used in a more systemic way against
political oppositionists.

The book describes techniques of torture, in detail, as a
casting impact over the readers, showing that the repressive
apparatus of the dictatorship had been a structure thought according
to the National Security Doctrine to fight “the inside enemy”, going
against the thesis of torture being an anomaly or diversion from
the implanted regime. The publication was released with five
thousand copies, being distributed in bookstores and newsstands.
The first edition sold out in only one week and the following seven
reprints sold around 30 thousand books. The publication was
intensely promoted in unions, universities and by the amnesty
campaign. The Army Minister in exercise at the time, General
Fernando Batelhão, booked Antônio Carlos Fon on Article 14 of
National Security Law, which foresees a penalty of up to
several years of detention for those accused of “spreading, by any
means of social communication, false, tendentious or true
matter, trickery or twisted, in such a way as to induce or try to
incite the people with the constituted authorities”.

The book would open up to an even greater groundbreaking
publication its use of “evidence” as material the very own
documents produced by authorities of the military regime related
to the 707 processes which had transpired on the Field of Military
by Editora Vores, in 1985. It was the product of an
honorary research, coordinated by the archbishop of São Paulo at
Militar entre abril de 1964 e março de 1975, Brasil Não Mais, publicado pela Editora Vozes, em 1985, foi produto de pesquisa homônima, coordenada pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, com apoio de entidades de direitos humanos e advogados de presos políticos. Não há, no entanto, os relatos pormenorizados das torturas sofíadas pelos perseguidos políticos através de choques elétricos, pua de arara (instrumento composto por barra de ferro onde a vítima era pendurada pelos punhais e joelhos), palmetade, afogamento, disposição em câmaras friopresas, queimaduras, servicesse e anexos que a família guardava destaque no detalhamento feito pelos atingidos em denúncias às próprias autoridades do regime, com participação de testemunhas de pratos armas, como exames médicos.

As torturas e suas consequências também são relatadas através dos narrativas de tesmas físicos e psicológicos daqueles que sobreviveram, mas que saíram lhes dos aposentos oficiais e clandestinos. Alguns, como o jovem dominicano cearense Frei Tito de Alencar Lina (1945-1974), que tem sua vida e seu suplício narrados pelo amigo Frei Betto no livro Íntimo de Sangue, não suportaram os sofrimentos e acabaram tirando a própria vida por já serem mortos.

Resistência

Importante salientar que tanto homens como mulheres sofreram igualmente a repressão nos anos de 1960 e 1970 no Brasil, seja quando detidos ou quando voltaram suas famílias através de perseguição e看了看的pau de arara, lhes a família tradicional, contra a qual se rebelavam os jovens inmersos na revolução dos costumes, na esperança de revolução social, passa a ser o grande opressor, principalmente ao destruição das organizações revolucionárias. Às famílias que se rebelavam em busca de abrigo, dinheiro, providências para sair de pântanos, além de afeto e solidariedade.

A medida que se avançavam prisões e barramentos, as mulheres, por relações de parentesco com pessoas presas, foram com a necessidade de agir, mas também de solidariedade e compromisso político, comunicam-se em busca de solução coletiva.

A preocupação não é só das deles. As arbitrárias do regime desencadearam ações. E aqui está o feito com pouca articulação. Desde 1972, setores progressistas da Igreja Católica dão proteção a presos políticos e denunciam a violência de Estado. A personalização da resistência foi o cardenal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, batizado pela criação da Comissão de Justiça e Paz. Sua equipe recebe denúncias de que, Dom Paulo Evaristo Arns, com o apoio das comunidades eclesiais de base (CEB) e do movimento de resistência, constam presos políticos, visitando-os regularmente. A estrutura de comunicação formada pelas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB) facilita o fluxo de informações. Também a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Advogados (ABA) são treinadas na luta pela verba das garantias constitucionais e pela liberdade de imprensa.

Em 1975, no governo do general Ernesto Geisel, cria-se, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MMPA), primeiro movimento organizado na luta pela anistia aos presos políticos, após 11 anos do regime de exceção. O MMPA foi fundado por Theresinha Godoy Zerbini, esposa de general retirado e a esposa do general a preso dos militares e dezenas outros classes sociais. Sua importância não se confina ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de contestação em época em que manifestações eram explicitamente proibidas.

O trabalho das mulheres reunidas em organização abre caminho para a resistência impiedada de se manifestar e desmantelada pela repressão. A volta social se apresenta no meio a riscos, perseguições e luta dos movimentos sociais de oposição e de entre os grupos de operários, de diferentes países e de movimentos de resistência. Uma nova cena política com forte presença da oposição se configurava no momento com forte presença do MDB, passou a canalizar e desencadear o regime, além do Movimento Estudantil, que busca a reabertura de seus entes fechados pelo ditado e se engaja na luta pelas liberdades democráticas. A repercussão alternativa também depenem papel importante na denúncia dos abusos e do reforço do falso ‘milagre econômico’, peça-chave na propaganda política ditatorial.

Em 1978 é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que também se organiza em núcleos pelo país, tomando-se referência na luta pela anistia ampla, geral e imediata e aglutinando-se tornos dos bandeiras praticamente a totalidade das organizações, entidades e movimentos de oposição e resistência ao regime. O movimento ganha características de massa, na medida em que isso era possível naquele momento, por meio de um esforço de popularização da luta. A bandeira da anistia espalhava-se pelos rios, canais, esquinas de favelas, nas ruas, nas estradas, nos campos. O I Congresso Nacional pela Anistia, realizado em 1978, afirmou a luta pela superação do aparato represivo, a desarticulação dos órgãos de repressão e a reintegração das atores de oposição.
centros de tortura oficiais, clandestinos ou militares e defende a responsabilização dos que, por meio de sua autoridade conferida pelo poder de polícia, praticaram tortura e assassinatos.

A defesa explícita dessas reivindicações se contrapõe ao projeto de anistia articulado pelo regime militar, que se alinhou para uma "abertura lenta e gradual" do caráter paraal, ou seja, não contemplava os casos de "crime de sangue", além de anistiar também os torturadores e seus comandantes contemplados com uma interpretação de "crime comum". Posteriormente, o projeto governamental dividiu-se em duas posições ásperas que se opunham politicamente ao âmbito que se utilizou do aparelho estatal, investigaram, prenderam, reprimiram e, muitas vezes, assassinaram em nome da "segurança nacional".

O debate é travado nos âmbitos institucionais, na imprensa, nas ruas. O regime utilizou-se de seu aparato para tentar aprovar-se, evasivo e regular, a bandeira da anistia adequando-a a um projeto de abertura. A conclusão da anistia no projeto dictatorial é construída sobre base argumentativa que a identifica com esquematismo, de que não pode ser concedida a todos os opositores, precisamente-se analisar caso a caso, sob pena de "radicalizar", "comprometer" o projeto de abertura.

Enfrentar-se em xeque na esfera pública duas concepções opostas e excluídas. De um lado, a anistia como resgate da memória e o consequente direito à verdade; de outro, anistia como esquecimento e pacificação, "recuperação nacional". Esta última concepção foi a que prevaleceu no projeto da lei nº 6683, aprovado no Congresso em 22 de agosto e promulgado em 28 de agosto de 1979.

Mesmo com a rejeição por parte do CBA ao projeto de anistia parcial, a aprovação de Lei acabou seando em boa parte os movimentos pela anistia, instaurando uma disputa entre as concepções de esquecimento e resgate da memória que chega aos nossos dias e para a qual ainda não se pode apontar um desfecho. Apesar de alguns avanços relativos, as esferas institucionais, ocorridos de maneira lenta, como instalação de comissões de mortos e desaparecidos, aprovação de leis de reparação aos perseguidos políticos e publicitação de arquivos, não se conseguiram inviabilizar a perpetuação dos crimes de tortura e morte e os direitos dos cidadãos, a exemplo do que vem acontecendo na Argentina e no Chile.

Os arquivos da repressão, especialmente os produzidos pelas Forças Armadas, ainda não foram abertos em suas dicotórias políticas.

In 1978 a is created a Comitê Brasileiro pela Anistia - Brazilian Committee for Amnesty (CBA), which also organizes itself in centers throughout the country, becoming a reference in the struggle for a broad, general and unrestricted amnesty and gathering around this practically all of the organizations, entities and movements of broad spectrum opposition and resistance. The movement gains mass characters, up to the point where that was possible at that moment, by means of popularization of the struggle. The cause of amnesty spread through the streets, houses, football stadiums, messes, in bumper stickies. The [CJA] National Commission by the Amnesty (National Committee for Amnesty), happened in 1978, declared as so far the suppression of repressive apparatus, the destruction of the official, clandestine or military torture centers and defended the accountability by means of appointed with authority of police power of those who had practiced torture or murder.

The explicit defense of these claims opposed the amnesty project articulated by the military regime for a "slow and gradual" political opening, of a partial nature, therefore, which did not contemplate the excused of "blood crimes", moreover it also gave amnesty to torturers and their commanders contemplated with the interpretation of "connected crimes". Hence, the governmental project, that gave the same importance to those who politically opposed the government and to those, who by making use of the State's apparatus, investigated, arrested, repressed, used, many times, murdered in the name of "national security".

The debate is institutionalized on, the press, on the streets. The regime uses its apparatus to try to get hold of them, empty and regulate the cause of amnesty adapting its to its project. The concept of the amnesty in the dictatorial project is built on the argumentative basis which vary, that it could not be granted to all opponents, making it necessary to analyze case by case, under pressure of being "far radical", compromising "political openness.

There were two opposite and excluding conceptions in the public sphere. On one side amnesty as a redemption of memory and consequently the right to truth; on the other, amnesty as forfeiture and pacification, "national reconciliation". That last conception was the one that prevailed in Bill number 6683, approved by Congress in August 22 and promulgated in August 28, 1979.

Even with the rejection by behalf of the CBA to the project of partial amnesty the approval of the Law ended up emptying in great part the movements for amnesty, creating a dispute between the intellectual conceptions of forgetfulness and redemption of memory that can be traced up until today and to which no one can yet lay the responsibility. Despite some of the relative advances on the institutional sphere, occurred in a slow manner, as the installation of commissions for deceased and missing people, approval of reparations laws to politically persecuted and making public files, that did not manage to make progress in solving crimes of torture and death and the accountability of the guilty, as for the example of what is happening in Argentina and in Chile.

The files of the repression, especially those produced by the Armed Forces, were not yet completely open. There are several documents of a confidential nature or with restrictions. The debates around the Commission of Truth (Triumph Commission), between the Plano Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal (National Plan for Human Rights for the Federal Government), announced in 2010, to investigate crimes committed by the dictatorship, centered a strong rejection on the part of the members of the Armed Forces and of the major press which, many times, had made impossible and makes impossible the debate, accusing its defenders of being "shock troops".

The product of this oblivious, marked by the dilution of the collective memory of events of repression and compacted not solely by the Forces Armadas, but by the governments legally constituted, since the final of the regime military, that descon sistently treated internationally the atrocities of human rights of this country is subscriber of _, has been giving a conservative character to our political transition, made without ruptures and with its basis forged in a "Iron Wall". On the flow of the not solved and of the oblivion spreads a culture of honor, of termination, of impunity and the silence ended into the Police and the repressive apparatus, but also on our political institutions and in the criminalization of social movements in the cities and in the country, in the civilizing and the repression preferred by the poor communities.

Torture is still used and by many is it still considered a normal tool for obtaining information and punishment for confirmed crimes or alleged ones, because among other things, we have not marked our legacy from the dictatorial period. It is all about putting into practice, as defended the philosopher Hannah Arendt, the transformation of the violence in existence and of the way in which we continue to make use of this same violence, in a conversation that guarantees the right to memory and the critical process of History.
A Anistia Possível da Lei 6.683/79

David Barbosa de Oliveira
Advogado, Professor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Em agosto de 1979, junto a uma ampla campanha publicitária, foi votada a Lei de Anistia, tão exigida pela população e pelo exército. A lei era polêmica, pois atingia ambos os lados, tanto os chamados subversivos, quanto os militares que prenderam, torturaram e mataram, além de não prever a volta aos quartéis dos militares cassados e reformados de forma penal. A anistia sempre foi uma tradição histórica no Brasil. “Em quase todas as momentos importantes da história nacional e em todas as suas fases, Colônia, Reino, Império e República, a anistia esteve presente. (...) se crê que a existência de quase em decretos de anistia”. E assim seguiu-se por toda a História Nacional: após uma revolução, havia sempre uma anistia e isso se deu até a última anistia da história nacional – a anistia da Lei 6.683/79.

Contudo, bem antes de 1979, e até mesmo do AI-5, algumas vezes já dava a anistia pelo governo. Em 1965, Carlos Heitor Cury já assimilava que “desde a 1ª de abril que o governo tem diante de si um dilema incontornável: ou processa e condena regularmente os militares de acusados em todo o País; ou concede anistia”. Mesmo entre os setores militares, havia vozes pró-anistia, como

in August of 1979, alongside a broad advertising campaign, it was voted the Law of Amnesty, so long demanded by the MDR opposition. The law was controversial, for it struck both sides, the so-called subversives, as well as the military who arrested, tortured and killed them, as well as not foreseeing the return to the barracks of compulsory revoked and discharged militaries. Amnesty has always been a historical tradition in Brazil. “In almost all important moments of National History and on all its phases, Colonial, Reign, Empire and Republic, amnesty has been present. (...) it has been found the existence of almost one hundred decrees of amnesty”,... And it has so been the way all over National History; after a revolution, there would always be an amnesty and this has been so until the last amnesty in National History – the Law of amnesty 6.683/79.

However, well before 1979, even before AI-5, some voices already clamored for amnesty. In 1965, Carlos Heitor Cury already pointed out that “since the 1st of April that the government has before itself an unavoidable dilemma: it either prosecutes and condemns regularly the thousands accused all over the Country, or grants amnesty”. Even among military sectors, there were voices.
É certo que uma anistia, naquele momento, possibilitaria o desafogo da opinião pública, ao mesmo tempo em que desarticulava um amplo movimento social mobilizado em torno dos presos por motivos de opinião. Ora, perceba-se, à época, que por todos os quadrantes do país outros vozes iam se somando em favor da anistia.

A sua reivindicação não surgiu isolada. Aparece ao lado da defesa dos direitos humanos, da exigência do fim dos excessos, do reforço das regras da liberdade democrática. Assim é que, diante de cada atentado contra os direitos humanos, mais cresce a luta pela anistia.

Neste longo caminho, a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, complicou ainda mais este processo, pois dedicou-se, do Congresso para o chefe do Executivo, à competência da iniciativa para propor a lei de anistia, cobrindo a opressión apenas ratificando o projeto de anistia proposto pelo governo, há vista que a maioria do plenário era anestésia. Antes da emenda, era do Legislativo a iniciativa do projeto de lei de anistia, ainda que necessitasse da sanção presidencial.

No final dos anos 1970, a conjuntura política e social já não acomodava passivamente mais medidas autoritárias, evidenciando-se a oposição ao regime militar. O Brasil estava em recessão econômica e os militares já não gozavam do mesmo prestígio social da década passada. A palavra de ordem era redemocratização. "Em 1978, o Congresso votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia, na rádio e na televisão, e o restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos". Em 1979, o general João Batista de Oliveira Figueiredo, chefe do SNI no governo Geisel, é indiretamente eleito presidente. "Embora os problemas econômicos fossem urgentes, uma das primeiras e mais importantes decisões de Figueiredo foi política". Em 27 de junho do mesmo ano, remeteu ao Congresso Nacional a mensagem nº 59 nos seguintes termos:

Excellentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Ao dar início às atividades, o Governo anunciou que a anistia haveria de incluir-se entre as prioridades do ano em

It is certain that an amnesty, at that moment, would make it possible to reduce the pressure of the public opinion and at the same time disarticulate a large social movement revolving around prisoners of conscience. Hence, it was noticeable, at the time, that on all quadrants of the country other voices were being added in favor of amnesty.

Their claim does not come alone. It appears alongside with human rights defense, with the demands termination of an acts of exception, with claims of democratic freedom. Thus, before every attempt against human rights, stronger grows the fight for amnesty.

In this slow pace, the Constitutional Amendment number 1 of 1969, complicated even more this, for it moved from Congress to the head of the Executive, the competency of the initiative to propose an amnesty law, leaving the proposal on the necessity of the bill of amnesty proposed by the government, considering that the majority of Parliament was Anestésia. Below the amendment, was the Legislative the Initiative of the bill of amnesty, even if it still needed presidential sanction.

In the end of the 70s, the political and social context no longer fit passively authoritarian measures, showing the opposition to the military regime. Brazil was in an economic recession and the military did not enjoy of the same social prestige of the decade before. The word of order was redemocratization. "In 1978, the Congress voted for the end of AI-5, the end of prior censorship, on radio and on television, and the reestablishment of habeas corpus for political crimes". In 1979, General João Batista de Oliveira Figueiredo, former chief of SNI on Geisel’s government, is indirectly elected president. "Even though the economical problems were urgent, one of the first and most important decisions of Figueiredo was a political one": On the 27th of June of the same year, submitted to National Congress message number 59 on the following terms:

Dear Members of National Congress:

By starting the activities, the Government announced that the amnesty would have to be included among the priorities of the year to course. A new phase in Brazilian politics was
curso, é que uma nova fase da política brasileira se inaugurava, fazia pouco, com a vigência da Emenda Constitucional nº 11 e a consequente superação de um período que requereria procedimentos traumáticos e de caráter excepcional. (...) Consideraremos ser este o momento propício à pacificação que não importe em renúncia às lutas partidárias inseparáveis do processo democrático, mas nasça da compreensão patrícica e se traduzia em atos de coragem e determinação, em favor das soluções dos problemas brasileiros. A anistia é um ato unitarista de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, que haja, na divergência que não se desfaça antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da existência democrática. A anistia reabre o campo de ação política, enseja o reconcі, reúne e congrega para a construção do futuro e vêm na hora certa. (…) Esta, Senhores Congressistas, o projeto de anistia que, com fundamento no art. 57, item VI, combinado com o § 2º do art. 51 da Constituição Federal, envia à consideração de Vossas Excelências, na convicção de que pratico um ato significativo e profundo, o ato histórico da anistia, com a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estando a mão à todos os brasileiros.10

Afinal, então, a iniciativa do chefe do Executivo do projeto de lei n° 14, de 1979, o presidente do Congresso nomeou uma comissão mista, dando continuidade ao processo legislativo, a fim de emitir um parecer majoritariamente opinativo, não obriga à deliberação plenária sobre o projeto. O projeto de anistia apresentado procurava claramente resguardar os interesses do governo durante a transição do poder, buscando evitar qualquer posterior punição dos militares pelos excessos cometidos nos anos de exceção. A anistia recingia-se à proposta do governo, alcançando os dois lados até então opostos – os "subversivos" e os militares. A exposição (MDE) era claramente contrária, por causa do abuso cometido pelos militares nos anos de exceção. Já alguns militares cravaram essas anistias porque consideravam que houvesse existido tortura. Observa-se contudo, que essa anistia não era tão recíproca assim, pois excludo do presunto esquecimento as pessoas que tivessem praticado terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

O debate em plenário se resumiu aos dois pareceres, do art. 1º, do referido projeto. O primeiro parágrafo "considerava conexos aos crimes políticos os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política e o segundo excultava o benefício da anistia os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. O parágrafo seguinte do projeto atraia ainda mais casos semelhantes do que o primeiro e a ARENA não apresentou nenhuma emenda. Alguns deputados, como o

Fotografia de sala da cutter. — Julio de Souza younger.

Debate an mparatamento foi sumarizada em dois parágrafos, de 1º ato, do anterior ditado. O primeiro parágrafo "considerava

quando os crimes políticos ou praticados por motivação política e o segundo excultava o benefício da anistia os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. O parágrafo seguinte do projeto atraia ainda mais interesses do que o primeiro e a ARENA não apresentou nenhuma emenda. Alguns deputados, como o

10 Exemplos de projetos de anistia foram apresentados nas emendas do congressista. Regestra-se que

11 A la fotografia de julio de souza younger. — Julio de Souza younger.

12 O debate em plenário foi sumarizada em dois parágrafos, de 1º ato, do anterior ditado. O primeiro parágrafo "considerava

13 O debate em plenário foi sumarizada em dois parágrafos, de 1º ato, do anterior ditado. O primeiro parágrafo "considerava
parlamentar gaúcho pelo MDB, José Carlos Vazconcelos, apresentar medidas suppressivas do 51, exequitando a anistia, "por serem crimes comuns, os que praticaram atos de intimidação, de escádula, de torturas, que tenham ou não resultado morte, contra presos políticos". Já o deputado paranaense Ernani Satyro (ARENA), relator da Comissão, assinalou que "as propostas de punição dos torturadores buscavam punir a revolução".

A Comissão Mista poderia apresentar um projeto substituto ao do presidente Figueiredo e foi isso o que o deputado Satyro fez. Esse projeto substituto era basicamente o mesmo projeto original do Presidente. Mesmo de uma semana após a aprovação, o projeto foi discutido no plenário do Congresso Nacional.

Os anônimos estavam acordados e o clima era tenso dentro e fora das galerias de discussão do Congresso. O MDB, ante a impossibilidade de aprovar o seu projeto substitutivo, resolviu apoiar o projeto do deputado Djamil Marinho (ARENA-RN), que visa ao tato, tanto "torturadores" quanto "terroristas". O MDB aconselhou seu partido, de Manoel, que teve também o apoio de outros anistnías. No entanto, foi derrotado pela diferença de quatro votos.

Em agosto do mesmo ano, após a aprovação pelo Congresso Nacional, e a Lei de Anistia foi promulgada, o Partido Socialista, a votação da Lei de Anistia foi uma transação política. Os líderes da oposição falaram que só podiam passar a um regime aberto com a cooperação dos militares. Poderia haver futuras tentativas de resolver a questão, especialmente por parte daqueles mais próximos das vítimas da tortura. Mas por enquanto os políticos brasileiros receberam uma lição, para o que e o pessoal sobre a lei da "condicional."

A lei da "condicional"

"Com o passar do tempo, estabelece-se a letra de que o "perdão aos torturadores" foi o preço a pagar para que a anistia fosse aprovada. A anistia possível, no contexto da aprovação da lei, foi uma anistia ser uma razão, sem participação civil, comu Mineiros, como estava a oposição e a sociedade brasileira. A transição política do regime autoritário para o regime democrático foi

lenta e cheio de concessões. Contudo, para parte dos envolvidos no processo de abertura, a anistia foi entendida não como um fim, mas como um passo para a redemocratização brasileira e, por isso, vários órgãos, como a ONU das Nações Unidas (ONU) e o Movimento Nacional de Anistia (MNA), foram favoráveis ao projeto de anistia como apresentado pelo presidente de Figueiredo.

Hoje, entretanto, qualquer discussão sobre anistia tem necessariamente que passar pela ideia de justiça de transição, se ou seja, pelo processo que compreende o intermitente âmbito dos efeitos dos processos de transição, com a intenção de enfrentar o legado de abusos do passado, reavivando responsabilidade, justiça e reconciliação. Na justiça de transição, a anistia é apenas um dos instrumentos para a transição entre regimes, deverendo ser somada, por exemplo, à comissão de verdade e memória. Nesse contexto, deve-se afastar a ideia de anistia absoluta - dita pela trágica e histórica ideia de esquecimento dos fatos passados, e priorizar as anistias consequentes, posto que não eximem automaticamente de punição os atos cometidos. Por fim, uma questão permanece de pé: qual a anistia possível hoje e como a sociedade brasileira a construirá?

Para além disso, a questão de um projeto de anistia socioeconômico como apresentado por Presidente Figueiredo.

Now a day, however, any discussion on amnesty has necessarily to go through the idea of transition justice, i.e., the process which comprehends the whole sphere of the processes and mechanisms with the intention of facing the legacy of abuses from the past, ensuring responsibility, justice and reconciliation.

In transition justice, amnesty is merely one of the instruments to accomplish the transition between regimes. It should also be added, for example, to commissions of memory and truth. In this context, one must reject the idea of absolute amnesty—dictated by the traditional and historical idea of oblivion of past facts—and prioritizing conditioned amnesties, for they don't automatically free committed actions of punishment. To conclude, one question remains on the floor: which amnesty is possible today and how will Brazilian society build it?
Relato da Tortura de Frei Tito

Friar Tito’s Statement on His Torture

Este é o depoimento de um preso político, frei Tito de Alencar Lima, 24 anos. Dominicanos (redigido por ele mesmo na prisão). Este depoimento escrito em fevereiro de 1970 saiu clandestinamente da prisão e foi publicado, entre outros, pelas revistas Look e Espana.


Pouco depois de me encontrar, eu já havia sido torturado no DOPS. Em dezembro, teve minha prisão preventiva decretada pela 2ª audiência da 2ª região militar. Fiquei sob responsabilidade do juiz auditor Dr. Nelson Guimarães. Soubi posteriormente que este juiz autorizara minha inca para a OB sob “garantias de integridade física”.

Ao chegar à OBAN foi conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarrear-me com duas...
Sal da Escura da Tortura

A noite fez sua vinda, e a chuva começou a cair com força. As gotas azuis e frias caíam nas minhas mãos, e eu me sentia como se estivesse em um mundo de sombras e neblina. 

Quando a chuva parou, decidi voltar para o templo, onde me sentia seguro. A luz da lua iluminava o caminho, e eu podia notar as sombras daqueles que estavam lá. 

Na entrada do templo, encontrei um homem que parecia estar esperando por mim. Ele me deu um sorriso amigável e me pediu para entrar. 

Ao entrar, percebi que estava em uma grande sala, com liturgias em andamento. As pessoas estavam se reunindo em pequenos grupos, conversando e rezando. 

Eu me sentei na última fileira, para longe do estrondo das vozes. 

Um padre me deu um livro, e eu comecei a ler. A escrita era complicada, mas eu estava determinado a entender o que estava escrito. 

No final da leitura, o padre me deu um sinal para seguir em frente. Ele disse que eu estava prontamente capacitado para avançar na minha jornada espiritual. 

O guia me levou para uma sala vazia, e me deixou sozinho com minhas pensamentos. Eu me sentia um pouco assustado, mas também animado. 

Minhas mãos começaram a tremer, e eu senti um formigamento em meu corpo. Eu sabia que era hora de me concentrar e preparar-me para o que estava por vir. 

E assim, eu continuei minha jornada, confiante no que estava por vir. 

Pouco tempo depois, o padre voltou e me deu um livro mais avançado. Eu estava pronto para aprender mais e descobrir novas coisas.

Finalmente, eu me senti preparado para enfrentar o desafio que me esperava. Eu sabia que a jornada seria difícil, mas eu estava determinado a continuar. 

Finalmente, eu me senti preparado para enfrentar o desafio que me esperava. Eu sabia que a jornada seria difícil, mas eu estava determinado a continuar.
Uns genteles: “Quais os nomes e apelidos (enredo) de pessoas?” Quando respondi: “não se” recebi uma desgraça é tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um desconforto em minhas funções biológicas. O capitão Albernaz queria que eu dissesse onde estava o Rei Flavio. Como não soubesse, levei croche durante quarenta minutos.

Querem os nomes de outros pais de São Paulo, Rio e Belo Horizonte: “metidos na subversão”, Partiu para a ofensa moral; “Quais os que têm amantes? Por que a igreja não expulsa vocês? Quais são os outros terroristas?”. Declarou que o interrogatório dos dominicanos feito pelo DEOPS tinha sido “o começo de calças” e que todos os religiosos presos iriam às delegacias não de posse de documentos. Receberiam também o mesmo “tratamento”. Disse que “a igreja é corrupta, piada agotação, o Vaticano é eleito dos maiores empresários do mundo”. Diante de minhas negativas, explicava-me que, diziam-me vossas, pontapés e palavrões nas costas. A certa altura, o capitão Albernaz me disse que eu abrisse a boca para “receber a história sagrada”. Iniciou um fotógrafo. Fiquei com a boca toda inclinada, sem poder falar direito. Gozei de difamações contra a Igreja, berrando que os pais são homossexuais porque não se casam. As 14 horas encerram-se a sessão.

Could not understand a few words, but I could not express it. My mouth was on one side, on the left side, I took my finger to the eyes. While a little later they took me for an explanation. I met Captain Albernaz’s same team. They returned to the same questions. Repeated the denials. They told me that, in view of my resistance to torture, we had concluded that I was a member of the guerilla and that I was hiding my own in bank accounts. The “interrogator” reassured me that I confess to the church: tricks, kick on genitals and on stomach veins, cigarette ashes through my body. For five hours I got beat up like a dog. In the end, they made me “sum the gangsters”. They told me that was the duty for all other Dominicans. They wanted to leave me in the “parrot’s perch”. But Captain Albernaz objected: “That won’t be necessary, we will stay here with him for a few more days. If he doesn’t talk, he will be broken on the inside, for we know how to do things without leaving visible marks.” If she survives, he will never forget the price of his bravery.“

...in the cell. I couldn’t sleep. The pain grew at every moment. I felt the head ten times bigger than the body. It impaired my ability of whether or not my deaths suffering the same. It was necessary to put an end to it. I felt I couldn’t take the prolonged suffering. So it was only one solution: I had to kill myself.

In the cell, the garlic, I found an empty can. I started sharpening its edge on the cement. The prisoner next to me had foreseen my decision and asked me calm down. He had suffered more than I had had his testicles smashed! and had not reached aguerrir mais a sofrimento prolongado. So hava uma solução: matar-me.

Na cela cheia de luz, encontrou uma lata vazia. Comece a acomodar sua ponta no clímetro. O preso ao lado presenciava minha decisão e pediu que eu me calasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegava ao desespero. Mas no meu caso, tratava-se de impedi-los que outros vissem a ser torturados e se desencorajarem a opinar públicas e a Igreja que se aqui nas cócegas brasileiras. Se com o sacrifício de minha vida lidar seria possível, perco. Como havia um Nave Testamento na cela, E a Flávia segurando São Mateus. O Haví havia exibido um sacrifice à Filha como prova de amor aos homens. Descartado envolto em dor e ferida.

Na sexta-feira ficou acordado por um policial. Havia ao meu lado um novo preso: um rapaz português que chegara nos torturados sofridos durante o madruga. O policial advertiu-me: “O senhor se hoje não amanhã para decidir falas. Serão a turma da perda repetem o mesmo. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos poqueações”. Voltou aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos, eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei anotando a lata. Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram-me eu para a penitência. Resgatam a barba, voltou à cela. Passou um sólido. Pediu que me empastasse a “gillete” para terminar a barba. O português dormiu. Tornou a gillette. Befé bole com força na dobrinha interna do cotovelho, no braço esquerdo. O corto fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Apresquei-me da prieda, apertou o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recolhi os sentidos num leito do pronto-socorro do Hospital das Clínicas. No mesmo dia transferiram-me para um leito do Hospital Militar. O Enfermeiro sentia a repulsão, não aconselhava a ninguém de que ocorreu corrompido. Nos corredores do Hospital Militar, o capitão Maurice dizia asperos aos médicos: “Doutor, ele não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos”. No meu quarto OAB deixou seis despenhamento. But in my case, it was all about preventing others from being tortured and reporting to the public opinion and to the Church the what was going on. In Brazil, police officers would be seen in public. Since there was a New Testament in the cell, I feared the Palestine according to Saint Matthew. The officer had demanded the sacrifice of The Sin as proof of love to men. Halted it takes by fever and pain.

On Friday I was a awakend by a police officer. There was a new prisoner by my side: a Portuguese young man who cried for the tortures he had suffered during the night. The police officer warned me: “You’re alive until today and tomorrow to decide to talk. Or else the hardcore crew will rough you up the same way again.” They’ve lost their patience and they are willing to kill you bit by bit.” I went back to my thoughts of the night before. On the visit, I had already marked the spot of the cuts, I kept sharpening the can. At midafternoon they made me to shave. They told me I would be removed to the penitentiary. I barely shaved my beard, went back to the cell. A soldier walked by I asked him to lend me a “Gillette” so that I could finish shaving. The Portuguese man slept. I took the razor. And shaved it hard into the other’s arm, on the left arm. The deep cut hit the artery. The splash of blood stained cell floor. I got closer to the order, and squeezed my arm so that the blood would flow faster. Later I regained consciousness as on a bed at the emergency room at Hospital das Clínicas. On the same day they transferred me to a bed at the Military Hospital. The Army feared the repercussion, they told I was none of what had happened to me. On the corridor of the Military Hospital, Captain Maurice told desperately to the doctors: “Get it, it must not exist in any circumstances. We must do everything, or else we are lost.” In my room OAB let six soldiers on guard.

On Saturday, they started psychological torture. They would say: “The situation now will warren for you, considering you’re a suicide and a tenent priest. The Church will cost you out”. They wouldn’t let me rest. Spoke all the time, galivants, told weird stories.
soltados de guarda.

No sábado, teve início a tortura psicológica. Dissem: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda noite recebi a visita do juiz auditor acompanhado de um padre do Convénio e um bispo auxiliar de São Paulo. Recebemos, nós dois, uma visita do juiz auditor, de um padre e um bispo. Eram eles os que vinham de São Paulo. Eles queriam cumprir com a ordem de me libertar. Mas eu não tinha a intenção de me libertar. Eu queria continuar na prisão. Eu queria continuar sentado, lendo, escrevendo, trabalhando.

De fato fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, mas eu não queria sair da prisão. Eu queria continuar ali, onde eu estava. Eu queria continuar a escrever, a ler, a trabalhar.

No segundo dia, um padre me visitou. Ele disse: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda noite recebi a visita do juiz auditor acompanhado de um padre do Convénio e um bispo auxiliar de São Paulo. Recebemos, nós dois, uma visita do juiz auditor, de um padre e um bispo. Eram eles os que vinham de São Paulo. Eles queriam cumprir com a ordem de me libertar. Mas eu não tinha a intenção de me libertar. Eu queria continuar na prisão. Eu queria continuar sentado, lendo, escrevendo, trabalhando.

De fato fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, mas eu não queria sair da prisão. Eu queria continuar ali, onde eu estava. Eu queria continuar a escrever, a ler, a trabalhar.

No segundo dia, um padre me visitou. Ele disse: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.

No segundo dia, um padre me visitou. Ele disse: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.

No segundo dia, um padre me visitou. Ele disse: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.

No segundo dia, um padre me visitou. Ele disse: "A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A igreja vai expulsá-lo." Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhos histórias. Percorri logo que, a fim de fugir à responsabilidade de meu ato e justificar, queriam que eu enlouquecesse.
Os Artistas

The Artists

Julio Le Parc


Gontran Guanaes Netto


Alejandro Marcos

As Obras de Arte

Works of Art

JULIO LE PARC